

“Não há negros na Argentina”: o mito da homogeneidade racial argentina

“There are no blacks in Argentina”: The myth of Argentine racial homogeneity

“No hay negros en Argentina”: El mito de la homogeneidad racial argentina

Recebido em 19-08-2021

Modificado em 02-04-2022

Aceito para publicação em 20-05-2022

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i2.39249>

140

 **Guillermo Omar Orsi**

Formado em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires, Argentina. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: gorsi83@gmail.com

Resumo

Este estudo combina aportes historiográficos com entrevistas para analisar a situação do racismo na Argentina a partir do questionamento da concepção popular da homogeneidade racial do país. A Argentina entende-se, a partir do mito da homogeneidade racial, como uma nação constituída fundamentalmente por herdeiros da imigração europeia e branca. Ideia estabelecida ao final do século XIX e fortalecida no início do século XX, mantendo-se até os dias atuais, a ponto de a principal demanda dos movimentos afro-argentinos no país ser o reconhecimento, quer dizer, a inclusão do autorreconhecimento racial no censo nacional. Para entender a situação atual e os possíveis caminhos a serem adotados pelos movimentos antirracistas argentinos, analisamos distintos elementos que constituem o mito da homogeneidade racial, o surgimento dos mesmos e sondamos as possíveis causas da sua permanência.

Palavras-chave Racismo; Argentina; Homogeneidade; Imigração



Introdução

Pensar o racismo na Argentina é um exercício complexo devido principalmente à narrativa construída em torno da ausência de diversidade racial do país, narrativa esta que tem levado grande parte da população argentina a acreditar na inexistência do racismo no país em função da homogeneidade racial¹. Esta narrativa foi construída sobre uma certa distribuição demográfica, étnica e social, onde as relações centro-periferia vêm se expressando de maneira similar desde a colonização e a independência. Nas seguintes linhas procuramos analisar a questão da raça e do racismo na Argentina em perspectiva histórica, mas olhando para as suas consequências contemporâneas. Para atingir este objetivo, além das fontes historiográficas consultadas, foram realizadas duas entrevistas com os representantes do movimento negro argentino, conduzidas através das redes sociais (*Facebook, Whatsapp*)².

A primeira das entrevistadas, Carmen Yanone, participa da organização *8 de noviembre*, a qual reúne vários coletivos afro, e também do coletivo “*TES Teatro en Cepia*”, uma associação civil desde a qual se fazem peças de teatro para visibilizar a problemática afro, particularmente da mulher afro. Se reconhece descendente direta dos escravizados argentinos, da décima segunda geração. Enquanto isso, a segunda entrevistada, Miriam Gomes, participa também da organização *8 de noviembre* e da associação cabo-verdiana de *Dock Sud*, é argentina de segunda geração (mãe argentina, filha de imigrantes do Cabo Verde), trabalhou junto ao INDEC³ no desenvolvimento e aplicação das questões relativas à autopercepção de afrodescendentes.

Na Argentina, diferentemente do Brasil – com o qual faremos algumas comparações a fim de dimensionar a situação do país –, a principal bandeira dos movimentos negros é a luta pelo reconhecimento da existência da população afrodescendente. Embora os termos utilizados para a definição das distintas características fenotípicas nos dois países sejam, muitas vezes, semelhantes (negro, mulato, mestiço, “*negro mota*”, *trigueño*, “negro de alma”, não-branco, moreno, etc.), as palavras refletem significados diferentes em cada caso.

O entendimento que o Brasil faz do conceito de raça é diferente do que se faz na Argentina e, embora o presente artigo não se proponha estritamente a fazer uma comparação entre os dois países, serão elencadas as diferenças mais relevantes para fins de entendimento.

¹ Como ficará explícito nas próximas páginas, todos os pesquisadores que se atentaram à questão racial na Argentina se depararam com o apagamento do passado escravocrata do país através do apagamento dos negros, como aponta Ciro (2009:21, tradução própria): “o massivo – não total – desaparecimento físico dos afro-argentinos foi paralela ao seu desaparecimento – nesse caso, total – em toda a história do país, pois com cuidadoso academicismo foram sendo omitidos de toda participação a fim de contribuir com a fabulação de uma Argentina branca que não desejava assumir a responsabilidade do seu passado escravista” (própria)

² Todas as citações vindas de textos produzidos originalmente em espanhol, ou de entrevistas conduzidas nessa língua, foram traduzidas para o português pelo autor.

³ Instituto Nacional de Estadísticas e Censos

Constata-se que mesmo partindo de duas matrizes distintas, o combate ao racismo encontra, na cosmologia dominante destes dois países, limitações análogas. Enquanto o Brasil carregou por muito tempo – e ainda procura se libertar – o mito da democracia racial (Telles, 2003), a Argentina tem se colocado como racialmente homogênea (Morales, 2014; Geler, 2016; Adamovsky, 2012; López, 2018). Sendo assim, as visões dominantes apresentam um cenário não conflitivo, por uma razão ou outra. Nessas visões, o Brasil teria superado o racismo a partir do convívio harmonioso generalizado entre as raças, enquanto a Argentina não teria tido esse conflito por ser uma nação branca.

Assim, investigando a construção que foi feita pelas elites descendentes de europeus na Argentina sobre o papel do negro, indígena e/ou mestiço, pretende-se desenvolver as características e o modo de funcionamento do que iremos chamar de “mito da homogeneidade” (Moreira, 2010). As próximas linhas se propõem a mostrar de que forma esta ideia de inexistência do negro e do índio, tanto na cidade de Buenos Aires, quanto no restante do país, não reflete a realidade histórica, mas constitui o mito da homogeneidade racial, e; como este mito tem se espalhado pela população desde os tempos da colonização e independência, permanecendo quase intacto até o fim da primeira década do século XXI, quando começou a ser posto em questão. Paralelamente, procuraremos desvendar os usos que o adjetivo “negro” tem adquirido em uma Argentina que usou do termo e dos preconceitos atrelados a ele, num cenário onde “não se tinha” afrodescendentes a serem nomeados dessa forma.

Para isso, é importante partir da ideia de Geler (2016) segundo o qual costuma-se aceitar que a Cidade de Buenos Aires é “branca europeia e que sua população descende quase completamente dos migrantes europeus que chegaram no fim do século XIX e princípios do XX” (Geler, 2016:73). Mais do que isso, o ponto de partida fundamental apontado por Geler (2016), importa salientar desde o início que “a Cidade de Buenos Aires funciona como referência da nação no seu conjunto” (Geler, 2016:74). Assim, se a Cidade de Buenos Aires estiver principalmente composta por imigrantes e filhos de imigrantes europeus brancos, a Argentina pode ser entendida como uma nação sem negros, índios e mulatos. Daí decorre que, sendo os *porteños* (cidadãos de Buenos Aires) entendidos como brancos, todas as pessoas “de raça negra” são automaticamente entendidas como estrangeiras⁴.

⁴ Como *porteño*, quer dizer, cidadão argentino nascido na cidade de Buenos Aires, branco, descendente de italianos, o meu testemunho confirma os efeitos do apagamento do negro e afrodescendente na cidade. Como doutorando no Brasil, minhas viagens para Buenos Aires têm sido espaçadas por vários meses, e somente após o início da pesquisa que deu origem a este artigo é que comecei perceber a existência de vizinhos afrodescendentes no meu bairro, que há algum tempo, já moravam lá!

Nessa linha, Adamovsky (2012) aponta:

No fim do século XIX os habitantes de origem ameríndio ou africano foram declarados extintos ou reconhecidos como resíduo do passado já sem peso e rumo ao desaparecimento por efeito da grande onda migratória europeia. As narrativas que deram consistência a uma identidade nacional construíram-se desse modo ao redor da ideia de que o “crisol de raças” tinha produzido uma “raça argentina” que era perfeitamente branca e de origem europeia (Adamovsky, 2012:343)⁵.

O desaparecimento dos negros e afroargentinos é um processo explicado e sustentado no senso comum, no discurso jornalístico e no discurso acadêmico, como apontam Geler (2016) e Andrews (1989), de diversas maneiras. As sociedades *porteña* e argentina, que em 1850, eram constituídas por 40% de negros, conforme a publicação do *The South American Handbook* (1975), relatada por Andrews (1989:79), fenômeno que atraiu a atenção de demógrafos e historiadores do mundo inteiro e foi explicado por diversos argumentos sobrepostos.

Os argumentos que explicam a diminuição da população negra podem resumir-se em quatro pontos:

- A morte generalizada dos negros durante as diversas epidemias acontecidas no século XIX, principalmente os brotes da febre amarela que tiveram lugar na Cidade de Buenos Aires, nos anos de 1852, 1858, 1870 y 1871. Sendo esta última a maior das epidemias, responsável pela morte de aproximadamente 8% dos habitantes da cidade⁶.
- A utilização dos negros como “linha de frente” durante as guerras de independência e posteriores, que também teria diminuído a presença de homens negros e levado a uma maior miscigenação as mulheres negras, a mais expressiva destas, a guerra do Paraguai, que teve lugar entre 1864 e 1870.
- A alta taxa de mortalidade dos escravizados após se ditar a liberdade de ventre (1813) e a abolição da escravatura (1853-1860).
- O alto nível de miscigenação acontecido entre os negros, índios e europeus.

Uma quinta variável muitas vezes defendida é o fim da escravidão na Argentina, ocorrida mais ou menos 30 anos antes do que no Brasil, e a sua menor dimensão, o que explicaria a virtual “inexistência” de raças diversas na Argentina (Andrews, 1989:11), já que o fluxo de africanos para a região teria diminuído consideravelmente.

⁵ A fines del siglo XIX los habitantes de origen amerindio y africano fueron declarados extintos o reconocidos como un residuo del pasado ya sin peso y en vías de desaparición, por efecto del enorme torrente inmigratorio europeo. Las narrativas que dieron consistencia a una identidad nacional se construyeron, de ese modo, alrededor de la idea de que el “crisol de razas” había dado como resultado una “raza argentina” que era perfectamente blanca y de origen europeo.

⁶ Ainda hoje a lembrança da epidemia explica a existência de grandes casarões no sul da cidade, que teriam sido abandonados pelas famílias ricas nos tempos da doença, e que na década de 1880, quando constituiu-se uma grande imigração europeia, seriam convertidas em *conventillos*.

Por outro lado, deve se lembrar que, embora não afete diretamente a população afrodescendente, a “Campanha ao deserto” contribuiu para estabelecer a ideia da homogeneidade racial. A “campanha ao deserto” ou “conquista do deserto” foi uma série de investidas militares que aconteceram nas três décadas finais do século XIX e tinham por objetivo incorporar as terras da atual Patagônia ao nascente Estado Argentino (Escolar *et al.*, 2015). Por seu impacto e importância, a “campanha ao deserto” demandaria um trabalho próprio, mas é importante aqui notar que desde o nome, embora a campanha militar fosse orientada ao extermínio das populações nativas, há uma predisposição a entender que a conquista do território se deu num contexto “desértico”. Conforme Navarro Floria (2002), o “paradigma cultural europeu-ocidental assignou a categoria de deserto não aos territórios desabitados ou inférteis, mas aos não apropriados nem trabalhados pelas pautas capitalistas” (2002:140). Embora o cálculo dos efeitos de uma campanha que se estendeu por muitos anos ao longo de diversas partes do território nacional seja complexo e impreciso, o informe da comissão científica que acompanhou ao exército em 1879 mostra que de um universo aproximado de 15.000 índios, 14.000 foram mortos durante sucessivas batalhas ou posteriormente, uma vez capturados, o que dá conta da incomensurável violência e do sadismo envolvidos no processo.

Embora ditas dimensões tenham afetado em maior ou menor grau a população negra na cidade de Buenos Aires, nenhuma explica a radical perda de centralidade do negro na sociedade argentina. Nesse sentido, as estatísticas, fotografias, jornais e trabalhos anteriores conferidos por Andrews (1989) apontam que o negro não teria sido, em primeiro lugar, uma vítima especialmente susceptível à febre amarela diante dos imigrantes italianos e espanhóis; em segundo lugar, não teria ocupado lugares especialmente perigosos nas guerras, frente a batalhões de soldados brancos; em terceiro lugar, a sua taxa de natalidade/mortalidade não seria tão negativa quanto necessária para explicar uma queda significativa da população, e; finalmente, que países que decidiram o fim da escravidão em datas próximas a da Argentina⁷, mantiveram estável a população negra. Somente a mestiçagem, como veremos, explicaria a maior parte do desaparecimento do negro da sociedade argentina.

A história da escravidão argentina

Com um horizonte de branqueamento igual ao da elite brasileira, as oligarquias argentinas brancas descendentes de europeus estabeleceram a branquitude como um objetivo

⁷ Por exemplo, “para citar o caso dos Estados Unidos, o fim do tráfico de escravizados nesse país em 1807 teve pouco ou nenhum peso sobre a continuada expansão da população negra, que desde começos do século XVIII tinha gozado de um excesso de nascimentos sobre as mortes” (Andrews, 1989:85).

explícito para a nação, desde os anos da colonização. Da mesma forma que no Brasil (Bento, 2002, Andrews, 1989), foi incentivada a imigração europeia e confiava-se que a “superioridade branca” iria se impor na mestiçagem com o índio e o negro. Embora as quantidades totais de imigrantes europeus sejam similares entre a Argentina e o Brasil, o impacto destes no primeiro, pelo tamanho do país, foi muito maior. Isto foi combinado a quantidades menores de escravizados levados à Argentina, em relação ao Brasil, para produzir uma presença afrodescendente significativamente menor. Porém, uma menor presença não explica, justifica, nem é suficiente para defender a ideia de que “não há negros na Argentina”.

Embora procure coletar informações sobre a quantidade de escravizados levados à Argentina desde a colonização até a independência, Andrews (1989) reconhece que as estatísticas são muito pouco confiáveis e que o comércio ilegal podia superar muito o comércio legal, fazendo virtualmente impossível a estimativa da quantidade total de escravizados levados para a Argentina. Assim, enquanto no Brasil Bento (2002) estima que foram levados 4 milhões de escravizados, os cálculos de Andrews (1989) para a Argentina rondam os 40/70 mil escravizados em todo o período colonial, a maioria dos quais somente ficavam uns poucos dias na cidade de Buenos Aires, pois seus destinos finais encontravam-se em outro(s) Estado(s). Ainda com fins comparativos, é importante destacar que, apesar de a Argentina contar com algumas cidades importantes, como Córdoba ou Santa Fé, o destaque de Buenos Aires é incontestável, algo menos acentuado no caso brasileiro, em que as diversas capitais servem de referência simultaneamente.

Na Argentina, os escravizados foram utilizados tanto no serviço doméstico e quanto para produção (artesanato e em pequenas oficinas) nas cidades, enquanto no campo trabalharam na produção agropecuária. Andrews (1989) aponta que, na cidade de Buenos Aires, a posse de escravizados para o serviço doméstico superava em muito as necessidades de trabalho escravo: “Os visitantes estrangeiros que chegavam em Buenos Aires em ocasiões comentavam que essas capacidades domésticas eram uma consideração estritamente secundária, já que os servos tinham sido comprados essencialmente para a ostentação” (Andrews, 1989:38)⁸.

Mesmo que para muitos fosse um símbolo de *status*, alguns viam os escravizados como uma ferramenta para o enriquecimento, chegando, inclusive, a alugar o trabalhador escravo para as oficinas de outros artesãos. Para representar a grande importância que esta economia escravocrata tinha na cidade de Buenos Aires, até última grande leva migratória, ao final do século XIX, Andrews aponta que,

⁸ Los visitantes extranjeros que llegaban a Buenos Aires en ocasiones comentaban que esas capacidades domesticas eran una consideración estrictamente secundaria, ya que los sirvientes habían sido comprados esencialmente para la ostentación.

(...) é correto falar que se cada trabalhador escravo de Buenos Aires tivesse sumido repentinamente, a atividade econômica teria se acabado em poucas horas. Os escravos dominavam ou formavam parte importante da força de trabalho numa grande quantidade de ocupações (1989:38)⁹.

Mesmo assim, quando a escravidão como sistema de produção começou a decair, os negros libertos foram excluídos e segregados dos trabalhos e funções valorizadas, social e economicamente, como forma de mantê-los em posições subalternizadas. Contudo, a significativa presença de negros e índios, tanto na economia quanto nas lutas de libertação e emancipação colonial, impedia que a citação inicial de Adamovsky (2012) neste artigo pudesse ser levada a sério, por isso a única forma de produzir o relato de uma Argentina branca, foi um apagamento orientado a produzir o esquecimento dos negros e afrodescendentes. De fato, este esquecimento ativamente produzido junto com a interpretação da mestiçagem tipicamente argentina, parecem ter sido as verdadeiras responsáveis pelo “desaparecimento” do negro.

No seu esforço por medir o mais acertadamente possível a presença negra na Argentina, Andrews (1989) olha inicialmente para os dados oficiais contidos nos censos populacionais. Logo descobre que estes carecem dos mínimos requisitos para serem confiáveis, tendo variações nos questionários (e por vezes não sendo registrada a raça/cor da pessoa), sendo “esquecidos” bairros ou zonas pobres e de difícil acesso (onde a maioria da população era negra), e a própria relutância dos negros a serem recenseados (cientes de que essa informação servia para o recrutamento do exército). Mesmo assim, entre os anos 1778 e 1887, os negros representaram de 30% a 25%, respectivamente. Esta situação, contudo, só representa uma parte do suposto desaparecimento do negro. Conforme Andrews (1989), enquanto a teoria dos traslados estatísticos da categoria pardo-moreno para a categoria branco não pode ser demonstrada, o argumento da não existência dos negros na Argentina, criado e difundido pelos intelectuais da época, pode ser demonstrada como inquestionavelmente falsa: “esse é o desaparecimento dos afro-argentinos das páginas da história argentina” (1989:131).

O apagamento dos negros aconteceria então, não somente a partir do silenciamento das estatísticas, mas também graças ao silenciamento da história:

As distorções demográficas, por sua vez, formam parte de um fenômeno maior, que é o ocultamento, seja intencional ou não, do papel dos afro-argentinos na história da nação. Como descobriu o historiador norte-americano Leslie Rout, enquanto fazia uma pesquisa sobre a população negra do país, podem ser lidas as principais histórias da Argentina e capturar somente os “vislumbres” mais destacados dos seus homens e mulheres. Destaca-se muito seu papel como soldados comuns, mas somente se fazem menções casuais daqueles negros e mulatos que se elevaram até virar oficiais que

⁹ Es correcto decir que, si cada trabajador esclavo del Buenos Aires del 1800 hubiese desaparecido repentinamente, la actividad económica se hubiese detenido en una cuestión de horas. Los esclavos dominaban o formaban una parte importante de la fuerza laboral en una cantidad de ocupaciones.

comandavam batalhões e regimentos [...] nada se diz dos negros escritores, artistas, intelectuais e jornalistas que floresceram na cidade no século XIX (Andrews, 1989:12).¹⁰

Nesse sentido, é interessante colocar em destaque a fala expressa por uma das entrevistadas para esta pesquisa, Miriam Gomes (2018), a qual lembra a atuação de Maria Remedios del Valle, quem:

Foi capitã do exército, nomeada pelo General Belgrano, conhecida como “a mãe da pátria” porque foi uma mulher que perdeu seus filhos e seu marido nas batalhas e que lutou muito do lado do General Belgrano e realmente, a data, o 8 de novembro [em que se celebra o “dia nacional das/os afro-argentinas/nos e da cultura afro” desde o ano de 2013], é a data da sua morte. E morreu como uma mendiga, uma mulher que tinha oferecido sua vida, sua família na batalha e tinha lutado por esta nação. Olha, nunca lhe reconheceram nada [...] e após muitos anos foi encontrada por um general, não lembro direito o nome, pedindo esmolas no *Cabildo*, quem demandou para ela ter uma pensão, que enquanto o pedido era processado, ela morre. Quer dizer que morreu na maior das pobrezaas, após ter lutado pela pátria, sem reconhecimento nenhum. Depois foi reconhecida, mas realmente são muito poucos, somente os que estão neste movimento, a conhecem. Porque na realidade, na escola, não é relatado, nem no currículo escolar, a existência de Maria Remedios del Valle, nem de nenhum dos nossos próceres, que temos vários! (Gomes. Ativista. Entrevista cedida no dia 20 de novembro de 2018¹¹).

Na sua entrevista, Carmen Yanone (2018) também destaca este esquecimento apontando para os artistas afrodescendentes:

[...] existia uma literatura afroargentina também, Horacio Mendizabal, que viveu no mesmo tempo que Esteban Etcheverria. Esteban é reconhecido como a pessoa que introduziu o romancismo no Rio da Prata e é desconhecido, por exemplo, o valor das obras do Horacio Mendizabal, né?. Que era da mesma época e também romântico (Yanone. Ativista. Entrevista cedida no dia 18 de novembro de 2018)¹².

¹⁰ Las distorsiones demográficas, a su vez, forman parte de un fenómeno mayor, que es el oscurecimiento, sea intencional o no, del rol de los afroargentinos en la historia de su nación. Como descubrió el historiador norteamericano Leslie Rout, mientras realizaba una investigación sobre la población negra del país, se pueden leer las principales historias de la Argentina y captar solamente las vislumbres mas huidizas de sus hombres y mujeres de color. Se destaca mucho su rol como soldados comunes, pero solo se hace mención casual de aquellos negros y mulatos que se elevaron hasta convertirse en oficiales que comandaban batallones y regimientos. [...] Nada se dice de los negros escritores, artistas, intelectuales y periodistas que florecieron en la ciudad en el siglo XIX.

¹¹ Fue capitana del ejército, nombrada por el General Belgrano, conocida como “la madre de la patria”, porque fue una mujer que perdió sus hijos y su marido en las batallas y que lucho mucho al lado del General Belgrano y realmente, la fecha, 8 de noviembre (en que celebra el “día nacional de las/los afroargentinos/as y de la cultura afro” desde el año 2013), es la fecha de su muerte. Y murió como una mendiga, una mujer que había ofrecido su vida, su familia, en la batalla y que había luchado por esta nación. Mirá, nunca le reconocieron nada [...] y luego de muchos años fue encontrada por un general, no recuerdo bien el nombre, pidiendo limosnas en Cabildo, quien pidió para que tuviera una pensión, que mientras que el pedido era procesado, ella murió.

Es decir, que murió en la mayor de las pobrezaas, luego de haber luchado por la patria, sin ningún reconocimiento. Después fue reconocida, pero realmente somos pocos, solamente los que estamos en este movimiento, los que la conocemos. Porque en la realidad, en la escuela no se enseña, no está en ningún plan escolar, la existencia de María Remedios del Valle, ni de ninguno de nuestros proceres, que tenemos varios!

¹² [...] existía una literatura afro argentina también, Horacio Mendizabal, que vivió al mismo tiempo que Esteban Ercheverria. A Esteban Etchveverria se le reconoce como la persona que introdujo el romanticismo en el Rio de la Plata y es desconocido, por ejemplo, el valor de las obras de Horacio Mendizabal, no?. Que era de la misma época y también romántico.

Como foi comentado anteriormente, o papel do negro no exército muitas vezes é utilizado como argumento para explicar o seu desaparecimento. No entanto, embora sua presença fosse expressiva dentro do mesmo, há várias pistas que apontam que as mortes acontecidas nas batalhas não explicam a diminuição da presença negra no país. Até o fim da escravidão, aqueles soldados escravizados que lutaram, recebiam a promessa de obter a liberdade após um certo tempo de serviço, e durante alguns períodos em que o Estado tinha uma maior necessidade de soldados, o alistamento de libertos e imigrantes era compulsório.

Comparando as taxas de destruição e mortalidade dos distintos agrupamentos militares argentinos de brancos e negros no início de 1800, Andrews (1989) chega a uma conclusão oposta ao senso comum predominante sobre o uso dos negros nas primeiras linhas de frente de batalha, aponta que

[...] tem que se acreditar que na Argentina não há evidências deste tipo de pensamentos ou práticas na história militar do país. Mesmo que os homens fossem recrutados em quantidades desproporcionais em relação à representação na população, não parece que foram escolhidos para as tarefas consistentemente perigosas (Andrews, 1989: 145)¹³.

Posteriormente adiciona que “consideradas as miseráveis condições de vida do exército, é surpreendente que os historiadores argentinos tenham ignorado de maneira consistente a fonte mais importante de baixas nos exércitos afro-argentinos” (Andrews, 1989:147)¹⁴, as mortes por doenças e mal nutrição. Assim, Andrews (1989) reconhece outras dimensões que explicavam, na época, a redução drástica do tamanho das companhias militares, além das mortes no campo de batalha: as condições de vida no exército (que ocasionavam doenças e mortes) e as deserções massivas, que tinham maior efeito na redução do número de soldados. Isto supõe ter levado observadores da época a acreditar que as batalhas eram muito mais sangrentas do que realmente foram contribuindo para a criação da ideia do extermínio negro nos campos de batalha. Sua conclusão é que as três dimensões (mortes no campo de batalha, doenças e deserções) afetaram igualmente negros e brancos, mas que a expressiva presença de negros no exército teria influenciado estas outras interpretações.

Contudo, negros não tiveram somente papéis militares, embora os jornais negros não fossem muito grandes e muitos não durassem mais do que algumas edições (Ciro, 2009), estes

¹³ Se debe acreditar a la Argentina que no hay evidencia de tales pensamientos o prácticas en la historia militar del país. Si bien los varones de color eran reclutados en números desproporcionados respecto de su representación en la población, no parece ser que fueran elegidos para las tareas consistentemente riesgosas.

¹⁴ Dadas las condiciones miserables de la vida del ejército, es sorprendente que los historiadores argentinos hayan pasado por alto de manera consistente la fuente más importante de bajas en los regimientos de afroargentinos.

criaram em uma época em que a comunidade negra devia, conforme o discurso oficial, estar supostamente em retrocesso¹⁵. Um dado

[...] ainda mais peculiar, dois destes jornais “*La Iguadad*” e “*El Tambor*”, publicados durante as décadas de 1860 e 1870, eram subsidiados por partidos políticos que procuravam o apoio dos negros nas eleições presidenciais [...] Os afro-argentinos devem ter explicado uma parte significativa da população votante para atrair este tipo de patrocínio político (Andrews, 1989:93)¹⁶.

Na mesma linha de Andrews (1989), Yanone (2018) destaca que “em 1873 a comunidade afro tinha uma quantidade de jornais que eram lidos na capital, jornais como ‘*La Broma*’, ‘*La Juvenilia*’ [...] quer dizer, existia uma comunidade negra que através dos jornais se comunicava”. No mesmo sentido, Gomes argumenta que “na segunda metade do século XIX, quando já se afirmava o nosso desaparecimento, circularam ao redor de 20 jornais dentro da comunidade negra, *afroporteña*” (Gomes. Ativista. Entrevista cedida no dia 20 de novembro de 2018).

Como pode uma comunidade que “desapareceu” em 1870 (fim da guerra do Paraguai) e 1871 (febre amarela) ter a consistência necessária para produzir seus próprios veículos informativos? A partir do acúmulo de registros, Andrews (1989) começa a pensar que o declínio da “população de cor” simplesmente não aconteceu na medida em que os historiadores tradicionalmente têm pensado a questão. Por isso, cita a fala de um inglês, Samuel Haigh, que viveu no final da década de 1820:

Os brancos puros não são numerosos, e a classe mais popular é uma casta tão misturada de branco, índio e negro que seria difícil marcar a sua origem. Comparem-se os comentários de Haigh com o censo de 1827, feito no mesmo ano em que ele escreveu, em que mais de três quartos da população é descrita como branca: o conflito é notável (Andrews, 1989:93).

Mas o “embranquecimento” discursivo da Argentina não passou inadvertido para a própria comunidade negra, que já num editorial de 1881 do jornal *La Broma*, chamado de “coisas que nascem e morrem no mistério” (*Cosas que nacen y mueren en el misterio*) lamentava a indiferença da população branca aos esforços dos artistas de cor (Andrews, 1989). Norberto Ciro (2009) traz as transcrições de algumas das publicações dos afroargentinos e, no referido editorial pode-se ler:

¹⁵ “A partir de 1858 com *La Raza Africana*, os afro-argentinos produziram, no mínimo, quinze jornais semanais e bissetimanais, uma quantidade que se contrapõe às afirmações no sentido de que a comunidade tinha desaparecido” (Andrews, 1989:212). Nesse sentido, Ciro (2009) aponta que a exceção de *La Broma*, que teve um único número em 1870, mas foi editada posteriormente entre 1876 e 1882, cada jornal teve uma vida curta de somente algumas poucas edições.

¹⁶ “Los blancos puros no son numerosos, y la clase más popular es una casta tan mezclada de blanco, indio y negro, que sería difícil fijar su origen”. Compárense los comentarios de Haigh con el censo de 1827, realizado el mismo año en que él escribió, en que más tres cuartas partes de la población de la ciudad es descrita como blanca: el conflicto es notable.

Nas diversas carreiras a que o homem pode dedicar-se, encontramos nomes que pertencem ao seio de nossa comunidade, e que se distinguiram por mais de uma qualidade, e que hoje são como se nunca tivessem existido [...] A história de nosso país é ingrata, esquecendo de registrar em suas gloriosas páginas os nomes daqueles que souberam se sacrificar por seu país. [...] Da mesma forma, na bela literatura, as belas produções permanecem ignoradas porque o fruto do trabalho e estudo de nossos jovens que estão neste caminho só circula entre nós, sem alcançar as mãos daqueles que estão em uma esfera superior. [...] Tantas são as coisas que nascem e morrem no mistério, desconhecidas para o mundo que rola na vaidade e pompa da terra, mas não para o Deus justo que observa as fraquezas e fragilidades da humanidade. Quanta injustiça neste mundo miserável! Fonte: *La Broma*, ano I, época VI, Nº31 (30-Jul-19881:1) (Ciro, 2009:208-209)¹⁷.

Embora anunciada muito tempo antes, a verdadeira diminuição da população negra – em termos do proporcional na população argentina - teria se dado com as imigrações massivas da Europa nos anos de 1880-1900 e ao redor da primeira e segunda guerras mundiais. Conforme Andrews, nesse período “quase um milhão de europeus se assentaram na Argentina, em sua maioria na capital. A taxa de imigração na realidade se acelerou após 1890, o que explica a fenomenal duplicação da população nacional (de 4,0 milhões em 1895 para 7,9 milhões em 1914)” (Andrews, 1989:211)¹⁸. Quer dizer que a verdadeira diminuição significativa do peso do negro na Argentina aconteceu em anos recentes e significou uma diminuição relativa e concentrada em espaços específicos.

Mas então o que aconteceu aos afro-argentinos? Yanone aponta que, com a massiva imigração europeia, os afrodescendentes foram “empurrados” para fora da cidade de Buenos Aires. Mas eles não se extinguiram e, como veremos nas próximas seções, os negros na Argentina, de certa maneira, tornaram-se brancos.

Mestiçagem

Como falamos inicialmente, a mestiçagem parece ter funcionado como a principal via para o desaparecimento dos negros na Argentina. Conforme Geler (2016), esta não funciona produzindo mestiços, como no Brasil, mas brancos. Sempre que não se apresentem todas as

¹⁷ En las diversas carreras a que puede dedicarse el hombre, encontramos nombres que han pertenecido al seno de nuestra comunidad, y que se han hecho distinguir por más de una cualidad, y que, en la actualidad, son como si no hubieran existido [...] La historia patria es ingrata, olvidando de grabar en sus páginas gloriosas, los nombres de los que supieron sacrificarse por la patria. [...] Así también, en las bellas letras, permanecen ignoradas producciones hermosas porque el fruto del trabajo y el estudio de nuestros jóvenes que se encaminan en ese sendero sólo rola entre nosotros, sin llegar a manos de los que están en esfera más elevada. [...] Son muchas pues las cosas que nacen y mueren en el misterio, ignoradas para el mundo que rueda engolfado en la vanidad y la pompa de la tierra, pero no para el Dios justiciero que observa las debilidades y flaquezas de la humanidad. ¡Cuánta injusticia en este mundo miserable! Fuente: la broma, año I, época VI, Nº31 (30-jul-19881: 1)

¹⁸ Casi un millón de europeos se asentaron en la Argentina, en su mayoría en la capital. La tasa de inmigración en realidad se aceleró después de 1890, lo que dio cuenta de la fenomenal duplicación de la población nacional (de 4,0 millones en 1895 a 7,9 millones en 1914) en solo diecinueve años.

características demandadas da negritude racial, “algumas denominações como *morenos* ou *trigueños* podem inclusive referir-se tanto a ‘brancos’ de pele mais escura quanto a pessoas tipicamente da raça negra” (2016:79). A questão é que a utilização do termo tende ao branqueamento e à produção de uma dicotomia, quer dizer, à existência de brancos e/ou negros e não uma categoria diferente/intermediária.

Na Argentina, as características da negritude têm se resumido a aspectos muito limitados e específicos, o que, junto com o alto processo de mestiçagem da cidade, tem diminuído a quantidade das pessoas reconhecíveis como de “raça negra” (Geler, 2016). Quer dizer que, pessoas que em outras latitudes seriam reconhecidas – e possivelmente se autorreconheceriam – como negras, são identificadas como brancas e brancas de pele escura num contexto no qual não há opções intermediárias.

À título de exemplo, no trabalho de Geler (2016), são entrevistadas três mulheres afrodescendentes que se consideram, e seriam consideradas socialmente, como brancas. Uma delas, inclusive, reconhece não ter tido contato com o seu passado afro até a idade adulta. Em suas palavras: “eu fiquei sabendo que a minha família tinha sido negra, mas já era grande. De grande, adulta, porque jamais soube [...] quando comprei o livro [...] de Andrews. Quando li isso e vi que estava meu avô, aí falei: ‘mas obvio!’, aí comecei a ligar pontos” (Geler, 2016:76)¹⁹.

151

A citação acima, como outras presentes no texto, reflete como o embranquecimento das pessoas e das famílias, em parte, também aconteceu pelo ocultamento dos antepassados negros; a questão da negritude estava ausente nas conversas familiares. Nessa linha, outra das suas entrevistadas coloca:

Eu sabia que meu avô era negro [...] mas depois, [minha mãe e minha tia] falavam: “Bom, não era tão negro, era *chocolate*, ou era *moreninho*”. Ser “chocolate” ou “moreno” parecia afastar o avô da negritude racial conforme a mãe e a tia de Emília, que utilizavam o paradigma visual e não o sanguíneo (Geler, 2016:78, ênfase da autora)²⁰.

Dessa forma, na Argentina, a branquitude foi construída como uma categoria mais ampla, vinculada (como veremos a seguir) muito mais com categorias sociais do que fenotípicas, se reservando

[...] a categoria negro tão somente àquelas pessoas que têm a pele bem escura e os cabelos encaracolados (o que, na cidade, se chama de “*pelo mota*” – cabelo ‘encarapinhado’). De fato, “negro mota” (‘negro carapinha’) é a expressão mais

¹⁹ Yo me enteré que mi familia había sido negra, pero grande ya. Ya grande, adulta, porque jamás lo supe (...) Cuando compré el libro (...) de Andrews. Cuando leí eso y vi que estaba mi abuelo ahí dije “Pero claro!” Ahí empecé a atar cabos.

²⁰ Emília sostenía: “Yo sabía que mi abuelo era negro (...) Pero después [mi mamá y mi tía] te decían: bueno, pero no era tan negro, era chocolate, o era morenito”. Ser “chocolate” o “moreno” parecía alejar al abuelo de la negritud racial según la madre y la tía de Emília, que utilizaban el paradigma visual y no el sanguíneo.

utilizada para afirmar inequivocamente que uma pessoa é “negra-negra”, que pertence a “*la raza negra*” (Frigerio; Lamborghini, 2009:158).

Em torno do conceito de negro

Diferentemente de outras latitudes, a denominação “negro” tem bastante presença e atualidade na Argentina desde a época da colônia, persistindo paradoxalmente, junto com a ideia da inexistência de negros no país. O termo designa não tanto um tom de pele, mas muito mais um conjunto de características de classe, costumes e relações sociais. Como alguém pode ser denominado “negro” numa sociedade que diz não ter negros? Quais são os marcadores da raça? E quais os limites do conceito?

Adamovsky (2012) coloca que, diferentemente de países como Brasil – onde as características fenotípicas determinam quem é negro – e os Estados Unidos – onde a genealogia familiar define como negro a quem tiver “sangue negro” –, a identidade “negra” que vem emergindo nas últimas décadas na Argentina:

[...] não aparece primariamente como característica definidora de um grupo étnico particular reconhecível pelo seu fenótipo, mas como uma forma particular de apontar à posição de classe dos mais pobres e os culturalmente plebeus. Na Argentina, da mesma forma que o xingamento racista refere mais à posição de classe do que à cor, alguém perfeitamente branco pode se considerar ele próprio “um negro” (Adamovsky, 2012:353-354)²¹.

152

O sistema categorial se caracteriza na Argentina da mesma forma que no Brasil, pela cor e por outras definições estéticas, antes do que pela familiaridade, ascendência, etc. (Geler, 2016, Paixão, 2005), embora os limites entre uma e outra categoria não sejam os mesmos aos utilizados no Brasil. Para Geler (2016):

Em contraposição com a clareza da definição de negritude racial, na Argentina existe outro tipo de negros, embora estes não representem uma alteridade racial, já que formariam parte do ser argentino não-negro, “normal” ou branco. Num complexo campo de categorização de classe social, onde as cores e as formas físicas são relevadas de maneiras confusas e interdependentes, estes negros formariam, sim, parte da co-nacionalidade. Embora esta negritude não necessite – em princípio – de marcadores visuais de raça, fica determinada por uma “forma de ser” associada ao popular e grosso: um modo de ver o mundo (retrógrado), atos (incivilizados), (falta de) educação, lugar de moradia (suja, pobre), etc. Em definitiva, o “negro co-nacional” aparece como uma forma pejorativa de representação do mundo popular, concebida pelas classes médias e altas locais (Geler, 2016:75)²².

²¹ [...] no aparece primariamente como santo y seña de un grupo étnico particular, o de un conjunto reconocible por su fenotipo, sino más bien como un peculiar modo de referir a la posición de clase de los más pobres y los culturalmente plebeyos. En Argentina, así como el insulto racista refiere más a la posición de clase que al color de la piel, alguien perfectamente blanco puede considerarse a sí mismo un “negro”.

²² En contraposición con la claridad de definición de la negritud racial, en Argentina existe otro tipo de negros, aunque éstos no representan una alteridad racial ya que formarían parte del ser argentino no-negro, “normal” o blanco. En un complejo campo de categorización de clase social donde los colores y las formas físicas son relevados

Desde este ponto de vista, no complexo ideológico-racial-social *porteño*, a branquitude responde a uma gradação visual que parte dos “sem cor”, quer dizer, desde classes médias e altas, até o negro “não racial” (ou negro de “alma”), como forma pejorativa de referir ao mundo popular. Este é um procedimento ocultamente racializado já que em Buenos Aires, as classes médias e altas se enxergam elas mesmas mais brancas e com comportamentos e gostos mais europeus que a generalidade do mundo popular (Geler, 2016).

Similarmente, para Adamovsky (2012) o termo “negro” adquire um papel mais social que fenotípico, englobando

[...] a totalidade das classes populares, sejam quais forem suas cores. Nos usos racistas próprios dos discursos dominantes, esta metonímia utiliza-se para transferir sobre a totalidade do “povo baixo” os estigmas associados originalmente somente aos de origem africana (Adamovsky, 2012: 355)²³.

Desta maneira, na Argentina, “uma pessoa negra” pode ter a pele clara e nenhuma característica tida como típica dos afrodescendentes. O contrário também é possível: uma pessoa de pele clara, mas de classe baixa, pode ser reconhecida como “um negro”. Para o argentino-*porteño*, somente é de “raça negra” quem possuir muitas das características afro marcadamente, ou seja, o “negro mota”, como foi dito anteriormente. Essa delimitação reduz a quantidade de negros percebidos nos distintos espaços sociais, ao tempo em que junto, com a invisibilização histórica e familiar, reduz o autorreconhecimento dos afrodescendentes como tais. Fazendo com que afrodescendentes de pele clara também não se reconheçam como vinculados a esta origem (Yanone. Ativista. Entrevista cedida no dia 18 de novembro de 2018).

Embora sejam destacadas as particularidades da utilização do conceito na Argentina, a negritude ainda é baseada numa classificação visual que também está relacionada com a classificação biológica dos discursos cientificistas das “raças” surgidos no século XIX e que tiveram auge no início do século XX, e por isso “leva com ele todos os sentidos racistas estereotipados associados ao negro, como a inocência, estupidez, alegria, força, hipersexualidade, etc” (Geler, 2016:75)²⁴. Mesmo alocado num contexto social onde supostamente o racismo não existiria e não seria reconhecido pela maior parte da população simplesmente pela ausência de negros com os quais poderia se expressar, o fato de as

de maneras confusas e interdependientes, estos negros sí formarían parte de la connacionalidad. Aunque esta negritud no necesita – en principio – de marcadores visuales de raza, sí queda determinada por una “forma de ser” asociada a lo popular y grotesco: un modo de ver el mundo (retrógrado), actos (incivilizados), (falta de) educación, lugar de vivienda (sucio, pobre), etcétera. En definitiva, lo “negro connacional” aparece como una forma despectiva de representación del mundo popular, concebida por las clases medias y altas locales.

²³ [...] la totalidad de las clases populares, cualesquiera sean sus colores. En los usos racistas propios de los discursos dominantes, esta metonimia se utiliza para transferir sobre la totalidad del bajo pueblo los estigmas asociados originalmente sólo a los de origen africano.

²⁴ Por ello, porta consigo todos los sentidos racistas estereotipados asociados a lo negro, como inocencia, estupidez, alegría, fortaleza, hipersexualidad, etcétera.

entrevistadas de Geler (2016) assumirem certa estética (alisar o cabelo cacheado, por exemplo) se torna algo muito importante para a pessoa.

Essa utilização classista do termo tem dado lugar também a uma ressignificação positiva da identidade por parte daqueles que são alvo do qualificativo utilizado pejorativamente, como coloca Adamovsky: [...] embora “negro” continuou sendo utilizado insistentemente no mundo do futebol, apareceram também aí algumas reivindicações positivas como a bandeira “100% negro *botellero* e *bostero*” que foi utilizada pelos torcedores do clube Maipu de Mendoza” (Adamovsky, 2012:348)²⁵.

Na música, principalmente durante o final dos anos 90 e início dos 2000 (Napal, 2016), anos de auge da *cumbia villera*²⁶, foram trazidas à tona letras que valorizaram a cultura popular e consideraram o tom de pele escuro, predominante nas classes populares, como marca distintiva. Ali, o “negro” (pobre) se contrapôs ao “*cheto*” (rico).

[...] nas suas músicas, afirmavam-se num orgulho plebeu que disparava de maneira explícita contra os preconceitos sociais, com críticas à discriminação, contra os “*chetos*” e ricos, a polícia e os políticos corruptos. A estigmatização do pobre como “negro” motivou em alguns artistas, desde fins da década de 1990, uma resposta que convertia o estigma num emblema de orgulho (Adamovsky, 2017:349)²⁷.

Vários grupos musicais se destacaram durante esse período, entre eles Pablo Lescano, líder do grupo *Damas Gratis*. Uma excelente amostra do uso classista e reivindicativo do termo “negro” na Argentina, por exemplo, seu quarto álbum chamou-se “100% negro cumbiero”, frase que o próprio Lescano possui tatuada no peito. É interessante pôr em destaque que a maioria dos artistas populares que reivindicaram os termos “negro” e “*negros villeros*” (favelados) para si e para seus fãs, seriam classificados, fenotipicamente, como brancos, no contexto argentino.

Mas também há outra utilização positiva do termo negro no vocabulário *porteño* totalmente afastada de questões raciais e de classe. Chamar alguém de negro pode também denotar carinho, proximidade e simpatia, sem estar relacionado com cor de pele, “constituindo-se em outro mecanismo para viabilizar a passagem à branquitude. Assim, o mesmo termo ‘negro’ não necessariamente designa racialidade” (Geler, 2016:79)²⁸.

²⁵ [...] aunque “negro” siguió utilizándose insistentemente como insulto en el mundo futbolero, aparecieron también allí algunas reivindicaciones positivas, como en la bandera “100% negro botellero y bostero” que utilizaron hinchas del club Maipú de Mendoza.

²⁶ A Cumbia é um estilo de música popular que ao se combinar com a favela (villa) assumiu temáticas e simbologias distintas das classes baixas.

²⁷ Sus canciones se afirmaban en un orgullo plebeyo que disparaba de manera explícita contra los prejuicios sociales, con críticas a la discriminación, contra los “chetos” y los ricos, la policía y los políticos corruptos. La estigmatización del pobre como “negro” motivó en algunos de estos artistas, desde fines de la década de 1990, una respuesta que convertía el estigma en emblema de orgullo.

²⁸ constituyéndose en otro mecanismo para viabilizar el paso a la blanquitud. Así, el mismo término “negro” no necesariamente designa racialidad.

De fato, os termos “negro” e “negrito” são muito utilizados nas relações de amizade, não revestindo nesse uso, necessariamente conotações raciais²⁹. Quando o termo (negro) vira um apelido para uma pessoa específica num grupo de amigos, particularmente entre os adultos atuais, e isto é simplesmente uma apreciação pessoal, costuma estar vinculado ao tom de pele, mas mantém este sentido positivo, frente a outros componentes do grupo que podem ser denominados de “tano” (descendência italiana), “gallego” (descendência espanhola), etc.

Possivelmente haja também no uso do “negro” um posicionamento hierárquico do falante (emissor) para o receptor, quando se usa de modo a apontar alguma questão que o indivíduo não teria percebido ou sabido, “*escuchá, negrito*” (Olha só, negrinho), antes de iniciar um argumento contrário ao que o indivíduo denominado “negro” pode achar ou considerar sobre um assunto. Porém este uso surge também do exercício mental do autor e carece de sustento empírico para ser colocado como outra coisa que uma hipótese possível de ser analisada no futuro. Esta forma de expressão, contudo, é também mobilizada carinhosamente como forma de chamar a atenção de alguém.

A atualidade

“Eu, como afrodescendente que sou, da 12^o geração de escravizados, posso garantir que existimos, e que há 2 milhões de afros aqui na Argentina”, coloca Yanone (Ativista. Entrevista cedida no dia 18 de novembro de 2018) sobre a situação dos afrodescendentes no país. Sua fala é complementada pelas colocações de Gomes (2018), que relata a sua participação na prova piloto que foi feita em 2005 nos bairros de Monserrat, em Buenos Aires, e em Santa Rosa de Lima, em Santa Fé, previamente ao censo nacional de 2010, conjuntamente entre as organizações afrodescendentes, e a Universidade de Tres de Febrero (UNTREF), com o financiamento do Banco Mundial, fruto da qual se percebeu que entre 4 e 5% dos respondentes se autorreconheciam como afrodescendentes³⁰. A projeção dos dados deste teste para o total do país resulta nos 2 milhões referidos por Yanone. Além disso, estes dados, conforme Ciro (2009), foram referendados por duas pesquisas genéticas feitas por biólogos da Universidade de Buenos Aires (Carnese, *et al.* 2001; 2006).

Nos últimos anos, com a chegada de novos contingentes de imigrantes, particularmente do Senegal, a questão do negro na sociedade argentina iniciou um novo capítulo (Lamborghini; Geler, 2016), o qual está sendo aproveitado pelas organizações de afroargentinos atuantes no

²⁹ Podendo ser assumido que esse uso do termo despotencializa-o como marcador de vestígios de escravidão no país. O racismo, quando reconhecido, não se conecta discursivamente com o passado escravocrata.

³⁰ Como fruto deste teste foi publicado o livro “Más allá de los promedios: Afrodescendientes en América Latina” editado por Josefina Stubbs e Hiska Reyes onde são analisados e desglosados os resultados do estudo.

país como forma de adquirir visibilidade e reconhecimento. Nesse sentido, coloca-se o estabelecimento do 8 de novembro como data comemorativa dos afroargentinos e da cultura afro, estabelecido pela lei 26.852 em 2013. A data foi escolhida em homenagem à morte da Capitã do exército María Remedios del Valle, que obtivera o grau por sua coragem em batalha. Mesmo que insuficiente (“é simplesmente algo que nos deram para nos tranquilizarmos porque há um grande movimento negro aqui na Argentina, não somente dos afrodescendentes, mas da migração toda”³¹, Yanone. Ativista. Entrevista cedida no dia 18 de novembro de 2018), o reconhecimento da existência de “negros argentinos” já estabelece uma tensão com os discursos hegemônicos. Paulatinamente o movimento adquire maior visibilidade, com a criação de disciplinas universitárias focadas na temática e uma maior circulação midiática dos movimentos. Contudo, ainda em 2020, em uma matéria jornalística, Maria Gabriela Pérez afirma: “estou farta. Tenho quase 50 anos e ainda preciso continuar explicando de onde sou”³²

Conforme Morales (2014) o contingente migratório da África subsaariana para a Argentina vem crescendo desde o início dos anos 1990. O que tem impactado na criação de diversos agrupamentos, dois dos quais são Agrupação Afro Xangô criado em 2010 e o *Instituto Argentino para la Igualdad Diversidad e Integración* (IARPIDI), criado em 2007, que constituem o foco do seu trabalho. O Agrupamento Afro Xangô aponta à defesa dos direitos humanos, igualdade de gênero e justiça social especificamente dos afrodescendentes na Argentina, enquanto que o IARPIDI olha centralmente para a defesa dos direitos humanos de refugiados e imigrantes africanos.

Porém, outros coletivos se fazem presentes na cena, como se pode ver a partir do trabalho de Lopez (2005), que lista mais de 30 organizações entre formais e informais que agem desde a simples organização de eventos festivos e culturais até o ativismo político e cultural, veiculando não somente demanda de afroargentinos senão de imigrantes e indígenas. Destas, apontam Lamborghini e Frigerio (2009), *África Vive*, criada em 1997, é o primeiro agrupamento negro a receber personalidade jurídica. Sobre esta questão, Gomes (2018), aponta que não somente foram criadas organizações em Buenos Aires, mas que, dada a dispersão que os africanos e afrodescendentes tiveram (e têm) no país, organizações deste tipo existem em quase todos os estados federados.

Para todas as organizações, o fim da primeira década do século XXI é o momento em que começa se constituir “estrutura de oportunidades políticas” (McAdam, 1970), na qual podem ser

³¹ Es solamente algo que nos dieron para tranquilizarnos porque hay un gran movimiento negro aquí en Argentina, no solamente de los afrodescendientes, sino de toda la inmigración

³² Veja-se: <https://www.telam.com.ar/notas/202011/533040-dia-nacional-de-los-afroargentinos-mas-alla-del-color-mas-alla-del-8-de-noviembre.html>

feitas certas reclamações, baseadas em identidades étnicas (Lamborghini; Frigerio, 2009:161). Os autores utilizam o conceito de Oportunidades Políticas para mostrar como acontecimentos nacionais e internacionais possibilitam a aparição na cena das organizações de negros e afrodescendentes. Entre as mudanças no cenário argentino, reconhecem a mudança do *status* legal da cidade de Buenos Aires para Cidade Autônoma e a produção de uma constituição própria, mais progressista, assim como também a administração de centro-esquerda que, desde 1999, tem o controle da cidade (terminada com o mandato de Mauricio Macri em 2007). Os autores apontam que nesse cenário o “direito à identidade” [...] ganha relevância, incluindo-se dentro desta a revalorização das identidades étnicas” (Lamborghini; Frigerio, 2009:160). Já no contexto global e em sintonia com os programas dos organismos internacionais, as cidades “multiculturais” são observadas como enriquecidas pela sua diversidade. “Esta celebração da cidade pluralmente étnica se evidencia, sobretudo, nas Feiras das Coletividades, eventos organizados pelo Governo da Cidade” (Lamborghini; Frigerio, 2009:160). Embora estes eventos apresentem uma versão mercantilizada (venda de comidas e roupas típicas, mostras de dança, etc.) das diferentes culturas presentes na cidade para os *porteños*, a presença destas coletividades na cena pública lhes oferece um lugar desde o qual realizar as suas demandas específicas.

No trabalho mais atual de Morales (2014) esta situação também é destacada como importante, pensando que “[...] o contexto político nacional e regional atual apresenta uma possibilidade para reparação histórica dos afrodescendentes e outros setores sociais historicamente subalternizados por um “capitalismo racial” sustentado no imaginário branco euro-centrado” (Morales, 2014:312)³³. Morales (2014) também aponta para a mudança de governo em 2003, como um fator importante na reorientação das políticas para os afrodescendentes. No momento em que ele escreve, 2014, percebe ter acontecido uma mudança na construção do relato oficial, que impacta positivamente nas ações de governo e nos discursos dos representantes do Estado, contrastando com as políticas anteriores de invisibilização. Contudo, da mesma forma que no plano da cidade de Buenos Aires, com o triunfo eleitoral de Mauricio Macri, a continuidade da maioria dos projetos que até 2015 vigoravam no país foi interrompida, no caso das questões relativas aos afrodescendentes.

Para Gomes (2018), o desafio ainda é de criar visibilidade. Por se tratar de um primeiro teste, o censo nacional de 2010 levou a pergunta sobre autopercepção de afrodescendência

³³ [...] el contexto político nacional y regional actual presenta una posibilidad para la reparación histórica de los afrodescendientes y otros sectores sociales históricamente subalternizados por un «capitalismo racial» sostenido en un imaginario blanco eurocentrado.

somente em 10% dos questionários³⁴. Este exercício produziu o fictício dado da existência de somente 150.000 afrodescendentes no país, e ainda a campanha de visibilização e sensibilização da afrodescendência foi interrompida, já que pela manhã do domingo 27 de outubro de 2010, dia do censo, morreu o ex-presidente Nestor Kirchner, e o canal de televisão do Estado (canal 7), único difusor da campanha de sensibilização, passou a se concentrar neste acontecimento. O seu objetivo agora é a inclusão da pergunta pelo autorreconhecimento em todos os questionários do próximo censo nacional. A partir dos movimentos de afroargentinos Gomes aponta que,

Nossa relação é sempre a de incidir no Estado e exigir. Antes nossa demanda baseava-se nos tratados internacionais de direitos humanos, no INADI³⁵, no plano nacional contra a discriminação, depois nesta lei – que estabeleceu o dia da cultura afro – e também, no ano passado – 2017 – em que o Estado argentino aderiu à Década Internacional para os afrodescendentes que foi estabelecido pelas Nações Unidas e que vai do 2015 ao 2024 [...] a questão é que está se fazendo muito pouco e nada, e nós estamos aí atrás, exigindo, pedindo, enfim (Gomes. Ativista. Entrevista cedida no dia 20 de novembro de 2018)³⁶.

Considerações finais

A surpreendente persistência do mito da homogeneidade resultou que o próprio processo de escrita deste texto significasse uma descoberta para o seu autor – homem branco que precisou chegar até o Brasil para perceber o quanto este mito era falso. O absurdo de considerar a Argentina como homogeneamente branca e europeia mostrou-se logo tão insustentável que surpreende a presença que ainda tem na sociedade argentina. Surpresa que não seria tal se tivésemos presentes os efeitos do racismo, de matriz colonial, na constituição da cultura argentina, ao ponto de que a própria “inexistência” de negros foi sempre mobilizada para expressar a inviabilidade do racismo no país. A hegemonia da cidade de Buenos Aires, em todas as dimensões da vida, mas particularmente no relativo à mídia (considerada “nacional” aquela produzida na cidade), explica como o mito da homogeneidade se reforça na difusão de uma imagem parcial. Na maioria dos Estados do chamado “interior do país”, a cor predominante continua sem ser a branca europeia, mas esse dado parece não produzir uma contradição com o referido mito.

158

³⁴ Postergado por conta da pandemia o censo 2020, encontra-se em andamento (2022) e inclui a pergunta sobre a ascendência africana.

³⁵ Instituto Nacional contra a discriminação, a xenofobia e o racismo, criado em 1995.

³⁶ Nuestra relación es siempre la de incidir en el Estado y exigir. Antes nuestra demanda se basaba en los tratados internacionales de derechos humanos, en el INADI, en el plan nacional contra la discriminación, después en esta ley – que estableció el día de la cultura afro – y también, el año pasado – 2017 – en que el Estado argentino adhirió al decenio internacional para los afrodescendientes que fue establecido por las Naciones Unidas, y que va de 2015 hasta 2024. [...] La cuestión es que se está haciendo muy poco y nada, y nosotros estamos ahí atrás, exigiendo, pidiendo, en fin.

Como foi visto, o embranquecimento da Cidade de Buenos Aires realmente aconteceu no fim do século XIX, muito tempo depois de ter sido anunciado. O grande contingente de imigrantes europeus mudou a cara da cidade, diminuindo a presença relativa de negros e afrodescendentes e, nas palavras de Yanone (2018), empurrando estes para fora da cidade. É importante lembrar que a maioria dos escravizados levados para a Argentina não tinha como destino final a cidade de Buenos Aires e, embora passassem por lá no primeiro momento, rapidamente seriam deslocados para outros estados. Mas ainda, inclusive olhando a cidade de Buenos Aires como reflexo do país, há alguns bairros, fundamentalmente o sul pobre, onde a presença de “pessoas de cor” (afrodescendentes e indígenas) fica muito presente. O bairro de *La Boca*, como colocado por Andrews (1989), é um exemplo disso. Gomes (2018) adiciona também nesta lista algumas das prefeituras vizinhas da cidade de Buenos Aires, como *La Matanza*, *Merlo* ou *Moreno* e o bairro *porteño* de Flores.

A hipótese deste trabalho é que a força do mito da homogeneidade surge em parte da miúda presença negra na Cidade de Buenos Aires, utilizada como equivalente nacional junto à qual opera um constante esquecimento da realidade circundante na maioria dos estados. Ditos estados incorporam os discursos da cidade capital, a fim de se enquadrar nele. Mesmo estando em menor quantidade, se os negros estivessem em maior concentração na cidade de Buenos Aires, a sua presença seria incontestável entre o senso comum.

Para além da recente inclusão da afro-descendência nos censos nacionais, o desconhecimento das origens africanas impossibilita o autorreconhecimento de muitos indivíduos que poderiam se identificar nela. Contudo, esta afrodescendência não diz nada sobre a autopercepção de cor, o que diminui muito a representatividade do negro e impossibilita fazer comparações no nível nacional, por exemplo, com o Brasil.

Olhando novamente para a contraposição inicial, entre a Argentina e o Brasil, mesmo que ambos os países possuam diversas instituições (como o INADI na Argentina e a SEPPIR³⁷ no Brasil) e sejam membros de organismos interacionais que lutam pelo fim da discriminação racial – ambos os países são signatários e ratificaram o Comitê sobre a eliminação da discriminação racial da ONU (CERD), desde antes da sua criação (1969) – a persistência e difusão social destas mitologias desincentivou de diversas maneiras o combate ao racismo. Na Argentina, a negação da própria existência do problema impediu reconhecer a necessidade de agir para diminuir a desigualdade racial, pois se não há diversidade racial, não há condições de trabalhar sobre ela. Já no Brasil, a ideologia da inexistência dos negros e as políticas de embranquecimento (centralmente via imigração europeia) foram impossibilitadas pela expressiva presença negra nas

³⁷ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

principais cidades do país, atribuindo-se a falta de racismo à ideia de uma democracia racial, quer dizer, a um convívio harmônico entre os diversos grupos sociais do país – atingido rapidamente após a promulgação da Lei Áurea (1888). Nos dias atuais, as gritantes diferenças em termos de acesso e nível educativo, renda, moradia, expectativa de vida, encarceramento, e outros marcadores sociais, quando organizados em torno da dimensão racial, mostram que dito convívio harmônico nunca foi atingido no Brasil³⁸.

Nesse sentido, é importante apontar, como o papel do Estado nacional, mais especificamente do governo, é fundamental neste processo de ocultamento-visualização. A partir dos trabalhos de Geler (2016), Admovsky (2012), e Lamborghini e Frigerio (2009) fica estabelecido que as políticas de inclusão, representatividade e identidade têm efeitos tanto no desenvolvimento de organizações sociais quanto no tensionamento e progressiva mudança das “verdades hegemônicas”. Enquanto que as organizações consultadas por Morales (2014) reconheciam uma atuação positiva (embora limitada) do governo existente em 2014 (o mesmo que havia incluído a pergunta sobre autopercepção em 2010) na tentativa de estabelecer uma releitura da história argentina e a revalorização dos negros. O trabalho escrito em coautoria de Geler e Lamborghini (2016), após a troca de governos, coloca que a reapropriação da negritude racial é uma forma de luta pela igualdade, contra a discriminação “no contexto de abandono por parte do Estado do multicultural para o intracultural” (Geler; Lamborghini, 2016:44). Inclusive, as organizações afro-argentinas denunciam que a firma argentina ao Decênio Internacional dos Afrodescendentes das Nações Unidas, pelo presidente Macri em 2017, reproduziu os preconceitos raciais colocando que a Secretaria de Direitos Humanos e Pluralismo Cultural e o Ministério da Cultura vinham “realizando ações de visibilização e promoção de direitos em favor da comunidade afrodescendente *na* República Argentina”³⁹ – “*en la*” no lugar do “*de la*”, admite que as ações são levadas adiante dentro da República Argentina, mas não sobre um sujeito que faz parte dela. Ao usar o “*na*” (*en la*), a Argentina continuaria sendo branca. Para as organizações, a colocação do “*na*” implicou uma falta de reconhecimento da nacionalidade dos afrodescendentes que “estariam no país”, mas não seriam argentinos.

“É surpreendente que as pessoas desconheçam esta realidade, porque nós nascemos, crescemos, fomos à escola aqui [...]. E todo mundo se empenha em negar a nossa existência. É curioso, mas também é muito dolorido”, conclui Gomes (2018). Embora as entrevistas e os materiais analisados reflitam a principal questão em torno das divisões raciais e dos

³⁸ Confira em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>

³⁹ Disponível em <https://argentina.indymedia.org/2020/12/03/basta-de-extranjerizacion-de-la-comunidad-afroargentina/>

afrodescendentes na Argentina, há uma questão que não é aprofundada: a experiência do afro-argentino e do indígena cotidianamente no país. Este apagamento pode produzir a sensação de que o embranquecimento experimentado no país diminui as experiências racistas, ou seja, a ideia de que se não há diferenças raciais entre a população argentina, logo, não há racismo. Mas intuímos, embora esta questão não possa ser explorada neste trabalho, que este não é o caso, especialmente se são considerados os tratamentos racializados e preconceituosos recebidos por imigrantes latino-americanos não-brancos na cidade de Buenos Aires (Gonza, 2014; Gavazzo, 2014).

Referências

- ADAMOVSKY, Ezequiel (2012), “El color de la nación argentina. Conflictos y negociaciones por la definición de un ethnos nacional, de la crisis al Bicentenario”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v. 49, n. 1, pp. 343-364 [Consult. 05-09-2018]. Disponível em <https://doi.org/10.7767/jbla.2012.49.1.343>
- ANDREWS, George (1989), *Los afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires, Ediciones De la Flor.
- BENTO, Maria A. (2002), “Branqueamento e branquitude no Brasil”, in M. A. Bento e I. Carone (orgs.) *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, pp. 25-58.
- CARNESE, Francisco *et al.* (2001), “Análisis antropogenético de los aportes indígenas y africano en muestras hospitalarias de la Ciudad de Buenos Aires”. *Revista Argentina de Antropología Biológica* v. 3 n. 1. pp. 79-99 [Consult. 10-09-2018]. Disponível em <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/5619>
- CARNESE, Francisco *et al.* (2006), “Mezcla génica en una muestra poblaciones de la ciudad de Buenos Aires”. *Medicina* v. 66 n. 2, pp. 113-118 [Consult. 12-09-2018]. Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0025-76802006000200004
- CIRO, Norberto P. (2009), *Tinta negra en el gris de ayer. Los afroporteños a través de sus periódicos entre 1873 y 1882*. Buenos Aires, Teseo.
- ESCOLAR, Diego, SALOMÓN TARQUINI, Cecilia, VEZUB, Julio (2015), “La ‘Campana del Desierto’”, (1870-1890): notas para una crítica historiográfica. In Lorenz F. (comp.), *Guerras de la historia argentina*. Buenos Aires, Ariel, pp. 223-248.
- FRIGERIO, Alejandro e LAMBORGHINI, Eva (2009), “Criando um movimento negro em um país ‘branco’: ativismo político e cultural afro na Argentina”. Bahia, *Afro-Ásia*, n. 39, pp. 153-181 [Consult. 05-11-2018]. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77019346006>
- GAVAZZO, Natalia (2014), “La generación de los hijos: identificaciones y participación de los descendientes de bolivianos y paraguayos en Buenos Aires”. Santiago de Chile, *Sociedad y equidad*; v. 6, pp. 58-87 [Consult. 05-09-2018]. Disponível em <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/34131>
- GELER, Lea (2016), “Categorías raciales en Buenos Aires. Negritud, blanquitude, afrodescendencia y mestizaje en la blanca ciudad capital”. *Runa*, v. 37, n. 1, pp. 71-87.
- GOMES, Miriam. (2018), entrevista. Membro da organização *8 de Noviembre*. Entrevista concedida a Guillermo Orsi. Online, em 20 de novembro de 2018.

- GONZA, Gilda (2014), “Representaciones sociales sobre migrantes bolivianos: persistencia de discursos históricos sobre la ‘otredad’; Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales”, *Unidad Sociológica*, v. 1, n. 1, pp. 42-48 [Consult. 09-09-2018]. Disponível em <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/35402>
- INFORME OFICIAL (1882), *Comisión científica agregada al Estado Mayor general de la expedición al Rio Negro (Patagonia) realizada en los meses de Abril, Mayo y Junio de 1879, bajo las órdenes del general d. Julio A. Roca* [Consult. 05-09-2018]. Disponível em <https://www.biodiversitylibrary.org/item/20171#page/13/mode/1up>
- LAMBORGHINI, Eva e GELER, Lea (2016), “Presentación del debate: Imágenes racializadas: políticas de representación y economía visual en torno a lo “negro” en Argentina, siglos XX y XXI”. *Corpus* [Em línea], v. 6 n. 2 [Consult. 02-11-2018]. Disponível em <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.1735>
- LOPEZ, Laura C. (2005), “¿Hay alguna persona en este hogar que sea afrodescendiente?”: negociações e disputas políticas em torno das classificações étnicas na Argentina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 162 p.
- MCADAM, Doug (1970), *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago, University of Chicago Press.
- MORALES, Orlando Gabriel (2014), “Hacer visible aquello invisibilizado. Discursos de instituciones de afrodescendientes y migrantes africanos en Argentina”. Bogotá, *Tabula Rasa*, n. 21, pp. 305-323 [Consult. 05-09-2018]. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39633821016>
- MOREIRA, Marcelo S. (2010), “Imigrantes e argentinos no processo civilizatório: uma análise do pensamento político de Alberdi e Sarmiento”. *Revista Eletrônica de Pós-graduandos em Sociologia Política*, v. 7, pp. 73-97 [Consult. 10-09-2018]. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2010v7n12p73/18246>
- NAPAL, Ailén. (2016), “Un poco más allá: el trasfondo de la cumbia villera”. *Letras*, n. 5, pp. 157-162 [Consult. 05-10-2018]. Disponível em <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/53966>
- NAVARRO FLORIA, Pedro (2002), “El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur”. *Revista Complutense de Historia de América*, v. 28, n. pp. 139-168 [Consult. 11-11-2018]. Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA0202110139A/28668>
- PAIXÃO, Marcelo (2005), “Antropofagia e Racismo: uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais”, In Ramos, S. e Musumeci, L. (org.) *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n.8, pp. 283-322 [Consult. 19-09-2018]. Disponível em <http://flacso.org.br/files/2015/10/ANTROPOFAGIA-E-RACISMO-MARCELO-PAIX%C3%83O.pdf>
- STUBBS, Josefina e REYES, Hiska (ed.) (2006), *Más allá de los promedios: Afrodescendientes en América Latina. Resultados de la Prueba Piloto de captación en la Argentina*. INDEC, Universidad Nacional de Tres de Febrero [Consult. 19-09-2018]. Disponível em <https://documents1.worldbank.org/curated/en/197221467999101494/pdf/363870PAPER0AR1e0la0prueba01PUBLIC1.pdf>
- TELLES, Edward (2003), Da supremacia branca à democracia racial. In TELLES, Edward. *Racismo à brasileira*. Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Fundação Ford, 347 p.
- YANONE, Carmen (2018), Entrevista. Membro de organização *8 de Noviembre*. Entrevista concedida a Guillermo Orsi, Online, em 18 de novembro de 2018.

Abstract

This study combines historiographic contributions with interviews to analyze the situation of racism in Argentina with the intent of questioning the country's popular conception of racial homogeneity. Argentina seems to present a general consensus around the myth of racial homogeneity as a nation constituted fundamentally by European hers and white immigration. The idea was established at the end of the XIX century and was strengthened at the beginning of the XX century, persisting until today. The main demand of African-Argentinian movements in Argentina is recognition, meaning the inclusion of racial self-recognition in the national census. In order to understand the current situation and the possible paths to be taken by the movements, we analyse the different elements that constitute the myth of racial homogeneity, their emergence and probe the possible causes of their permanence.

Key-words: Racism; Argentina; Homogeneity; Immigration.

Resumen

Este estudio combina aportes de la historiografía con entrevistas para analizar la situación racial de la Argentina a partir del cuestionamiento a la concepción popular de la homogeneidad racial en el país. La Argentina se entiende a partir del mito de la homogeneidad racial como una nación constituida fundamentalmente por herederos de la inmigración europea blanca. Esta idea se estableció hacia finales del siglo XIX y fue fortaleciéndose durante los primeros años del siglo XX, al punto que se mantiene vigente aún en los días actuales. De hecho, la principal demanda de los movimientos afroargentinos es el reconocimiento, es decir, la inclusión del autorreconocimiento racial en el censo nacional. Para comprender la situación actual y los posibles caminos a seguir por los movimientos, analizamos los diferentes elementos que constituyen el mito de la homogeneidad racial, su surgimiento y sondeamos las posibles causas de su permanencia.

Palabras llave: Racismo; Argentina; Homogeneidad; Inmigración.
